
O mistério dos boletins municipais – As mil caras do poder local

*Joel Felizes**

Resumo

A comunicação que aqui é proposta tem um objecto bem definido: os boletins municipais. O mistério que é sugerido no título prende-se com a variedade de tipos de boletins (ou de outras publicações onde as Câmaras Municipais divulgam as suas actividades) que encontramos no nosso país. O que nos propomos fazer é um pequeno exercício de análise crítica do conteúdo e das formas de divulgação destes documentos.

Este exercício apoiar-se-á em algumas das recomendações, sugestões e precauções que podemos encontrar em textos que focam a problemática da análise do discurso. Daremos aqui algum destaque à variante pós-estruturalista desta análise. Também procuraremos apresentar alguns exemplos da diversidade de meios de “comunicação autárquica”, com destaque para as “caras”, as capas dos boletins que revelam alguma da diversidade que o panorama do nosso poder local nos oferece. Ora, a perspectiva que aqui é assumida procura entender esta diversidade como resultante, numa primeira análise, da existência de diferentes modos de se apresentar o trabalho e a imagem do poder local. Mas a nossa interpretação procura principalmente ver essa diversidade como uma das possíveis expressões de algo mais complexo, de uma aporia do próprio poder, que é traduzida aqui na impossibilidade de se obter um equilíbrio perfeito na forma como ele se projecta, se apresenta ou se imagina.

Parece assim também ressaltar deste estudo a confirmação de uma tese geral que temos vindo a explorar noutras ocasiões e noutros locais: sendo consensual o carácter periférico do poder local português, tal posição não é linear e também significa que esse poder pode em certos casos ser mais fluido, penetrando alguns dos espaços vazios que os discursos e as práticas políticas dominantes não conseguem abarcar.

1. Introdução — mas afinal quem se importa com os boletins municipais?

Este pequeno estudo pode ser visto quase como uma consequência prevista de um interesse pelas questões do poder local. Este interesse já nos trouxe, de resto, a este mesmo espaço de um Congresso de Sociologia, com um contributo para um entendimento alargado da problematização do poder local e de algumas das suas modalidades discursivas (Felizes, 2000).

Vale no entanto a pena começar por explicar a que propósito vem a referência a um “mistério” dos boletins municipais. Numa primeira aproximação a este tema, era nosso objectivo dar conta de um dos veículos mais visíveis da afirmação da presença e importância do poder local junto da comunidade. Mas é sabido que essa visibilidade também se deve ao carácter híbrido destas publicações, ou às diferentes interpretações que a sua pretendida neutralidade proporciona.

Deste modo, são sobejamente conhecidos os casos dos boletins que multiplicam nas suas páginas a figura do Presidente da Câmara Municipal, menos conhecida será a recente preocupação, cada vez mais generalizada, com uma certa sobriedade quanto aos conteúdos divulgados. Também é de registar o facto de estes conteúdos poderem revestir formas que vão desde um elaborado “design” até aos casos em que o cuidado posto na apresentação das publicações anda um pouco ao sabor das disponibilidades orçamentais, dos ritmos eleitorais e, não menos relevante, da inspiração de um qualquer “designer” amador.

O nosso ponto de partida foi o facto de termos deparado com um registo detalhado de um acontecimento que já vai na sua 14ª edição: o Encontro Nacional de Boletins Municipais (ATAM, 2003). Como facilmente se pode depreender, esta iniciativa só se justifica por haver,

*Assistente Convidado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

ainda que em meios algo restritos, uma verdadeira preocupação com o assunto. Portanto, sendo a Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM) a promotora destes encontros, já temos aqui um dos interessados a que aludimos no título “supra”.

Fazendo uma rápida análise dos problemas tratados no referido 14º Encontro, que teve lugar na Ericeira (Mafra), podemos deduzir que também aqui o poder local pode aparecer como uma espécie de laboratório ou de catalisador de fenómenos mais amplos. Assim, para além das diversas recomendações quanto à qualidade gráfica das publicações, o relato do decurso dos trabalhos deste Encontro foca também as preocupações com a ética profissional na comunicação e com a própria credibilidade da informação autárquica, o que denota um certo desconforto face às frequentes confusões entre o carácter informativo e propagandístico dos boletins ou de outras publicações similares. Este é de resto um assunto que, como seria de prever, tem dado azo a algumas reclamações apresentadas sobretudo por membros da oposição dos executivos municipais, descontentes por não verem acolhidos nestas publicações o pluralismo que deve nortear toda a imprensa, sobretudo a que seja financiada por entidades públicas.

O passo seguinte na nossa pesquisa foi o de verificar se o acumular desta experiência (a edição de boletins municipais é prática corrente há muitos anos) teria um reflexo evidente na mudança do teor ou, no mínimo, da aparência dos nossos boletins municipais. Neste ponto, fomos novamente surpreendidos pela diversidade dos casos que encontramos.

Mesmo não tendo sido feita uma recolha exaustiva de centenas de boletins municipais publicados nos últimos anos (tarefa de resto desnecessária neste contexto), uma rápida observação da nossa amostra permite identificar pelo menos duas tendências complementares: em primeiro lugar, verificamos a existência de algumas publicações de elevada qualidade gráfica e mesmo editorial, que contrastam fortemente com outras publicações que mantêm um certo padrão tradicional; em segundo, notamos que em bastantes casos os boletins de um mesmo município são portadores de uma espécie de “síndrome de personalidade mutante”, já que a sua linha gráfica tende a alterar-se ao fim de um curto período de vigência. Veremos isto mais adiante.

2. Analisar boletins municipais — uma proposta de trabalho

Antes de apresentar um possível enquadramento teórico-metodológico do caso dos boletins municipais como um potencial objecto de análise que nos pode surpreender, vale a pena precisar o que nos diz a anteriormente mencionada “voz corrente” que fala dos boletins municipais, já que ela também é parte interessada no nosso “mistério”. Claro que esta não é uma voz que diz sempre a mesma coisa, nem tão pouco será sempre uma voz amiga.

“Quando ouço falar de publicações municipais saco da pistola.” Esta expressão forte surge numa publicação conhecida pelo tom polémico dos seus conteúdos (a *Periférica*) para introduzir o breve elogio que o seu autor (Rui Ângelo Araújo) faz à excepção que encontrou na revista “*Rodapé*”, editada pela Câmara Municipal de Beja. A “pistola”, no caso da “*Rodapé*”, ficou no coldre, mas tinha acabado de disparar: “os boletins municipais, se não são propaganda descarada do executivo, são propaganda embrulhada em pretensa informação ou em mediocridade de carácter bairrista.” (Araújo, 2003).

Esta breve apreciação mostra precisamente o que dizíamos atrás: é traçado um cenário de mediocridade geral para se referir o caso de uma publicação que surge como uma bem-vinda excepção. São pois duas vozes distintas. Mas aqui o tom negativo é ainda o dominante. E isto acontece também porque desde sempre paira uma “espada de Dâmocles” sobre os boletins municipais: falamos da impossibilidade de existir um modo perfeito de representar a figura do Presidente da Câmara (e por inerência a figura do poder local). Assim, se a regra geral é a de o (a) Presidente da Câmara ver a sua imagem difundida um pouco por todo o boletim (o recorde que registamos é o de um boletim da Câmara Municipal de Torres Novas, onde o Presidente aparecia fotografado nada menos do que 70 vezes), esta estratégia muito dificilmente escapa aos efeitos de saturação induzidos pela utilização repetida de uma imagem. Por isso também deparámos com o exemplo inverso: boletins municipais onde a figura do Presidente da Câmara

anda quase ausente (em fotografias ou mesmo no texto), correspondendo a uma abordagem oposta da tradicional, mas que regra geral persegue os mesmos objectivos.

Digamos a este propósito que uma das formas mais comuns de análise “espontânea” de conteúdo que os municípios portugueses praticam é precisamente a de contar o número vezes que aparece o Presidente da Câmara no boletim municipal. No entanto, aqui não nos limitamos a apelar a este exercício, já que as boas regras da metodologia ensinam-nos a desconfiar destas primeiras impressões.

2.1.A velha tensão entre o positivismo e a hermenêutica

Esta questão serve bem para ilustrar um dos problemas clássicos da investigação apoiada em fontes documentais. Como se não bastasse ela receber diversos nomes, que vão desde a hermenêutica até à análise do discurso, passando por múltiplas variantes e especializações – ver, e.g., as variantes referidas em Wood e Kroger (2000), vemos que essas designações escondem algumas divergências de fundo. Bem presente em todas estas análises está, por exemplo, a tensão entre uma perspectiva positivista e outra de cariz mais hermenêutico. Para ilustrar esta tensão podemos recorrer a um dos autores que mais se terão batido contra um positivismo objectivista: H.-G. Gadamer. Na sua visão desencantada do mundo “abandonado ao poder da ciência e da planificação”, cabe uma crítica à figura do “engenheiro-sociólogo”, nova espécie de demiurgo “encarregado do funcionamento da máquina social”. Gadamer alerta todavia para o erro em que cai o cientista que se imagina separado de uma sociedade, “à qual todavia não cessa de pertencer” (Gadamer, 1971, citado a partir de C. Pinto, 1992: 30).

Já a vertente positivista, centrando-se na *positividade* do discurso, surge frequentemente associada à utilização da análise de conteúdo. Tal como nos é dito por Wood e Kroger (2000: 33), “a análise de conteúdo envolve um processo muito mais mecânico de categorização, afastando a possibilidade de categorizações múltiplas, e procura quantificar a relação entre as categorias de codificação”.

Ao olharmos para uma conhecida explicação desta técnica (Vala, 1986a), não deixa de ficar patente uma clara aposta no rigor da quantificação, que todavia paga o preço de ter dificuldade em penetrar o próprio nível discursivo, em atingir uma compreensão da linguagem enquanto elemento constitutivo da vida social. Não surpreende, por isso mesmo, que um dos objectos preferidos desta análise de conteúdo seja o das “representações sociais”, que, ainda segundo J. Vala (1986b: 5), “são teorias implícitas acerca de objectos sociais relevantes e como tal constituem uma modalidade de conhecimento que serve a apreensão, avaliação e explicação da realidade”. Analisando esta definição, nota-se precisamente um efeito de distanciamento do sujeito que representa face à realidade que é representada, como se estes dois domínios não fossem mutuamente constitutivos.

Deste modo, a concepção representacionista do discurso (ou da linguagem) tem vindo a sofrer vários abalos. Esta é uma das questões mais debatidas no quadro das teorias do conhecimento, tendo por isso bastante eco argumentos como os que R. Rorty invoca. Este filósofo, na sua metáfora do “espelho da natureza” refere-se aos importantes contributos de L. Wittgenstein, M. Heidegger e J. Dewey para uma “historicização” da filosofia e do conhecimento, abalando velhas convicções. Enquanto filósofos “edificantes”, estes autores dão o mote para que entendamos o discurso “não apenas como não sendo a externalização de representações íntimas, mas como não sendo de todo uma representação” (Rorty, 1988: 287-8). Então, o que será o discurso? E de que modo ele se pode analisar?

2.2. As diferentes concepções do discurso e da sua análise

Certamente que a resposta a estas questões é algo que tem suscitado alguma polémica. Ainda que a definição de “discurso” possa parecer mais pacífica, a verdade é que o significado, o alcance e a aplicabilidade atribuídos a esse conceito remetem para o enquadramento teórico que lhe dá visibilidade. Importa pois reter a ideia, sugerida também por S. Mills (1997), de que a noção de discurso tem um carácter fluido, pois caso contrário seria auto-refutante, já que este

conceito pretende precisamente mostrar que o que se diz, pensa ou faz não tem um significado linear: por isso, ao empregarmos o termo discurso não podemos garantir que todos vão entendê-lo do mesmo modo. Para clarificarmos este debate, vamos seguir algumas das sugestões de D. Howarth (2000), mostrando a evolução das concepções distintas do discurso e da sua análise, exemplificando também com a referência ao nosso “caso” dos boletins municipais.

De um modo geral, a génese da análise de discurso está efectivamente associada à abordagem de pendor positivista, que tende a encarar os discursos como “esquemas cognitivos”, isto é, como dispositivos instrumentais que são mobilizados para a obtenção de fins específicos, sendo a tarefa da análise do discurso medir a sua efectividade na consecução de determinados objectivos. No contexto das conhecidas formulações de J. Austin e de outros autores, a atenção de quem analisa um discurso dirige-se aos “actos de fala”, isto é, aos diferentes efeitos e objectivos do que é comunicado; uma das conhecidas especializações desta abordagem é a análise de conversação, sobretudo inspirada pela tradição etnometodológica, onde ganha destaque o modo como os participantes numa conversa regulam a sua intervenção, procurando o investigador relacionar esta regulação com as posições ocupadas pelos indivíduos e com a própria organização social.

Por seu turno, a análise marxista constitui o necessário contraponto a esta visão positivista, já que enfatiza a necessidade de se analisarem os discursos em função dos processos contraditórios a nível da produção económica e da reprodução social. Usualmente os discursos são vistos como exprimindo sistemas ideológicos que obscurecem e naturalizam as desigualdades económicas e políticas. A consolidação desta análise deve muito ao trabalho, entre outros, de autores como L. Althusser (é sobejamente conhecida a sua tese dos “aparelhos ideológicos do Estado”), por seu turno também tributário do pensamento de A. Gramsci (em particular do seu conceito de hegemonia).

No entanto, se tomarmos como a mais importante ruptura com o modelo de análise positivista aquela que surge na senda dos trabalhos de M. Foucault, notamos que a problematização de tipo marxista, embora seja ainda visível, é aqui em larga medida reformulada: sublinha-se que os discursos não devem ser tratados apenas como conjuntos de signos mas sim como “práticas que formam sistematicamente os objectos de que falam” (Foucault, 1984: 67). Esta ruptura também conduz, sobretudo no quadro da análise genealógica de Foucault, ao reforço da relação dialéctica entre os discursos e as relações sociais e instituições que tanto os moldam como são moldadas por eles.

Por fim, o contexto mais alargado, e mais recente, da análise de discurso “pós-estruturalista” recolhe muitos dos ensinamentos de M. Foucault e é também influenciado pelos trabalhos de autores como J. Derrida, passando a abarcar o campo das práticas não-discursivas. Neste contexto têm lugar quer a análise crítica do discurso (e.g. os trabalhos de N. Fairclough), quer a “teoria do discurso” (expressão usada por D. Howarth) protagonizada por E. Laclau e C. Mouffe. Estes dois autores desenvolvem particularmente a noção de que existe uma “proliferação de significados” (Laclau e Mouffe, 1987: 130) nos campos discursivos, que por isso nunca podem ser totalmente abarcados por um único discurso. Correlativamente, a definição total do que é ou deve ser a sociedade é impossível de se conseguir, já que tal desiderato é atravessado por inúmeras contingências: “seja qual for o sucesso de um projecto político em dominar um campo discursivo, ele nunca pode em princípio articular todos os elementos, já que haverá sempre forças contrárias ao que é definido” (Howarth, 2000: 103).

Retomando o nosso exemplo, podemos situar o nosso empreendimento no plano de uma análise crítica dos boletins municipais onde se dá atenção ao modo como, no quadro das interpretações produzidas pelos agentes e no quadro das relações entre essas interpretações, se estruturou (e se modificou) um determinado modelo de boletim, bem como se atende ao efeito de imposição de uma determinada imagem do poder local que deriva da existência desses boletins.

No entanto, na medida em que somos sensíveis aos argumentos de autores como E. Laclau e C. Mouffe, também devemos atender ao facto de que, ao operarem em contextos políticos e identitários complexos, os boletins municipais têm também um estatuto complexo, sendo portadores de um significado “deslizante”, na medida em que exprimem um quadro de

forças sociais e políticas antagónicas envolvidas na sua produção e recepção, bem como sofrem os efeitos de deslocação exercidos por acontecimentos que não são previsíveis ou controláveis por essas forças.

Feita esta breve resenha, importa ainda clarificar a questão sempre controversa da validação empírica de um trabalho desta índole. Vale a pena lembrar, a este propósito, que, em quaisquer circunstâncias, a pesquisa empírica tem de ser “exigida” e moldada a partir de uma construção teórica. Para a análise de discurso, revela-se crucial a problematização que é empreendida, sendo esta normalmente derivada de uma suspeita que se levanta a propósito da “inadequação das interpretações correntes dos fenómenos sociais” (Howarth, 2000: 140), procedendo o investigador à construção de um enquadramento teórico alternativo, centrando a sua análise tipicamente em “casos cruciais” que podem constituir exemplos relevantes.

Portanto, falar aqui de boletins municipais significa, como já referimos, falar de um poder local cuja presença e cujo discurso parece estilhaçar-se em múltiplas imagens e estratégias, dando precisamente a ideia de que estamos a falar de um campo discursivo marcado pela pluralidade de significados e por isso resistente a um fechamento, resistente à sua definição liminar como poder *periférico*, *dependente*, como poder *menor* com manifestações anedóticas ou patológicas ou, numa visão mais optimista, como poder *participativo*, mais próximo dos cidadãos, mais eficaz ou mais racional. Regressamos enfim ao nosso “mistério”, para agora tentarmos a sua resolução mediante uma sintética abordagem de alguns exemplos de boletins municipais.

3.As mil caras do poder local: tradição, modernidade e hesitação

Os casos que seleccionámos para este estudo não carecem de grandes explicações. Num universo vasto de publicações disponíveis, optámos por centrar a análise em torno de duas características principais, que todavia são aqui algo exageradas no seu contraste: em primeiro, o padrão geral, que varia entre publicações de tipo tradicional e outras elaboradas com maior cuidado e com melhores meios técnicos; depois, a diferença entre publicações que mantêm a sua linha gráfica por bastante tempo e outras que enfermam de uma “síndrome de personalidade mutante”.

Temos assim em primeiro lugar o caso das publicações que seguem um padrão tradicional, com um grafismo menos apurado e com uma certa tendência para a multiplicação dos referentes disponibilizados na sua capa, remetendo de modo explícito para um discurso de valorização do património do concelho e do trabalho realizado pela Câmara Municipal. O recurso à simbologia heráldica também é aqui notório, já que ela tende a reforçar um certo tradicionalismo.

Mesmo sem querermos introduzir um juízo estético na nossa apreciação, resulta estranho o efeito de, por exemplo, um boletim como o de Cinfães (figura 1) colocar na sua capa, com um fundo de cor bem viva, uma planta de um projecto urbanístico sem quaisquer legendas. Já no caso de Celorico da Beira, vemos na capa do seu boletim de 1997 (fig. 2), entre outras, a imagem de uma inauguração, com o tradicional corte de fita pelo Presidente.

O que designamos de padrão mais moderno, contrasta bastante com a descrição feita atrás: o grafismo é mais elaborado, há menos referentes nas capas, desaparece a simbologia heráldica, embora se mantenha uma certa linearidade das mensagens e imagens transmitidas. Trazemos aqui dois exemplos que ilustram esta nossa impressão: um de Mafra (fig. 3) e outro de Abrantes (fig. 4).

Em seguida, o nosso mistério adensa-se pois trata-se dos boletins “mutantes”, que aqui aparecem ilustrados com recurso a dois exemplos: um ainda de Celorico da Beira e outro do novel e já hesitante boletim da Câmara Municipal de Vizela.

A nossa preferência pelo exemplo de Celorico percebe-se por configurar as duas características que atrás enunciamos: a linha gráfica apresentava-se em moldes tradicionais e evolui, percorrendo várias etapas, para um modelo mais “modernizado”, embora nesta última versão que aqui colocamos (fig. 6) ainda seja patente a escolha de uma imagem de significado político óbvio: a visita do Presidente da República ao concelho que é mote para anunciar uma

“mudança tranquila”. Curiosamente, no texto do boletim não há referência concreta ao que estaria a mudar tranquilamente em Celorico.

Também o título encontrado para o boletim de 2002 (“Ao ritmo do nosso tempo”) prima pelo carácter forte dos significantes, correlativo do carácter vago do significado, permitindo por isso uma adesão universal a essa ideia de dinâmica que se quer transmitir. Note-se, a este propósito, a originalidade da inclusão em rodapé do endereço da página “WAP” do município.

Por fim, o caso de Vizela mostra uma rápida adesão ao espírito “mutante” que tende a caracterizar os boletins: lá aparecem em 2001 (fig. 7) a abundância de referentes, bem como a imagem do Presidente da Câmara junto de alguns jovens munícipes. No ano seguinte (fig. 8), opera-se uma transição que, já em 2003 (fig. 9), vai redundar na aposta no futuro do concelho: lá figuram, bem visíveis, as maquetas de obras a realizar. Comparado com o exemplo anterior de Cinfães, o contraste é por demais evidente, embora o desiderato seja o mesmo: dar um sinal de modernidade, ainda que virtual.

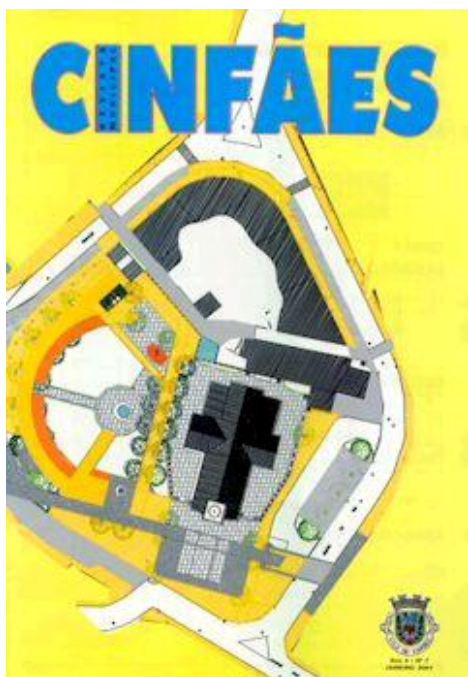


Fig. 1- Um boletim verdadeiramente misterioso



Fig. 2- O boletim tradicional, também com o corte da fita



Fig. 3- Um título misterioso (um significante vazio?)

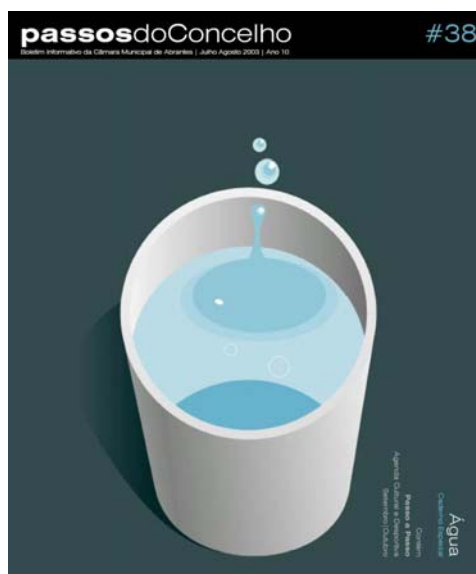


Fig. 4- Um boletim da Câmara de Abrantes dedicado à água

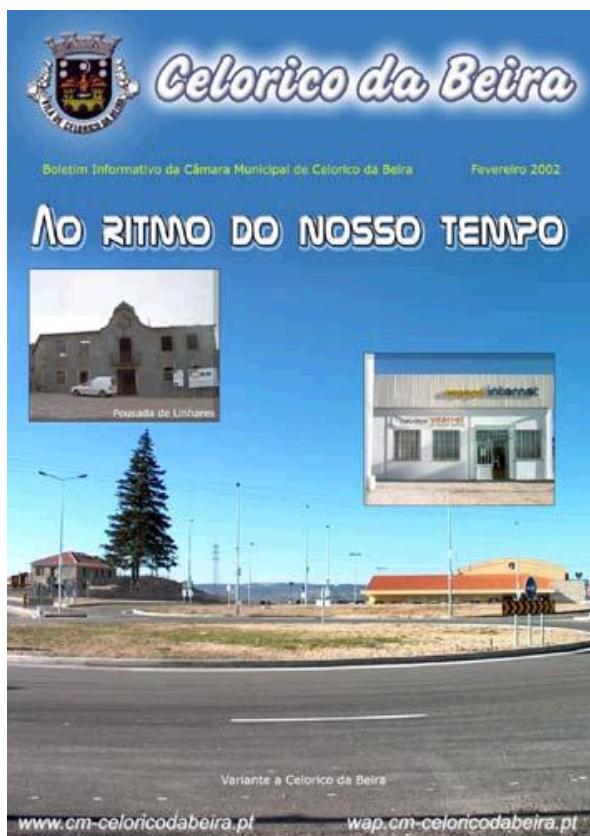


Fig. 5- Celorico da Beira em 2002, com a Internet em rodapé

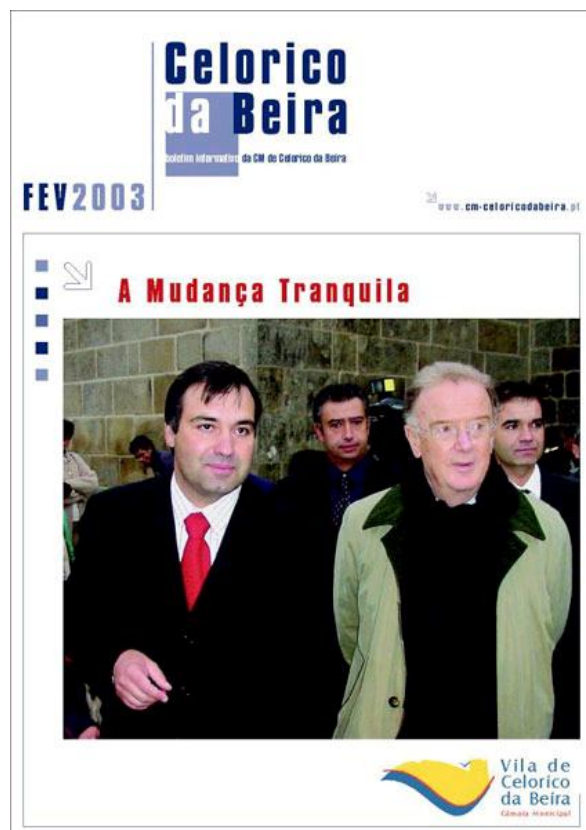


Fig. 6- Ainda Celorico, mas já em 2003



Fig. 7- Vizela em 2001...



Fig. 8- Vizela em 2002...



Fig. 9- Vizela em 2003.

4. Notas finais

Foi nossa intenção enunciar e tentar resolver o que designámos de “mistério” dos boletins municipais. As limitações do trabalho que aqui apresentamos são decerto evidentes. No entanto, dadas as precauções e recomendações inerentes a um exercício de análise de discurso, especialmente se apoiada em material iconográfico, e sobretudo se envolve directamente o campo das relações de poder, julgamos que é aconselhável alguma prudência nas conclusões a retirar. Por isso contivemos a nossa análise num nível relativamente restrito de possíveis categorias, procurando sustentar uma ideia central: a da conexão entre a multiplicidade das imagens e mensagens que o poder local nos transmite e a natureza precária do fenómeno político na sua globalidade.

Exagerando um pouco e retomando o nosso exemplo, é como se o poder local, ao procurar tornar-se visível, não pudesse escapar às acusações de se travestir em órgão de propaganda, ora subtil, ora descarada. A alternativa de um poder ausente é também ela uma impossibilidade: nos casos em que o discurso se torna “tecnocrático”, apenas se está a modificar a imagem do poder, não a anulá-lo (de resto, o caso mais aproximado que conhecemos desta tecnocracia é o do município de Lisboa, cujo boletim municipal se assemelha ao Diário da República). Portanto, como nos diz E. Laclau, ainda que um projecto político detenha uma hegemonia, ela será sempre provisória, incompleta, porque destinada a ser a prazo substituída por um novo projecto que por seu turno procurará preencher a “plenitude comunitária ausente” (1996: 42). Nos nossos exemplos, as tentativas de abarcar essa plenitude são patentes através do uso de significantes como os de “singularidades”, “mudança tranquila” ou ainda o “desenvolver com dinâmica e competência”.

Todavia, estamos aqui perante tentativas hesitantes de definição de projectos políticos: esta é a marca mais saliente do “mistério” que para aqui convocámos. Olhado através dos nossos boletins, o poder local é de facto a vítima e o agente da oscilação entre a sua imagem ora prolífica, ora sofisticada, ora sóbria ou mutante, é vítima e agente da sua procura de um certo equilíbrio no modo como se apresenta, não escapando por isso às armadilhas de uma aporia e de uma precariedade inerentes a todo o fenómeno político. Mas esta mesma imagem hesitante pode significar também a sua força, um potencial para se lançar num projecto hegemónico que tanto poderá ter uma raiz democrática e participativa (sujeito a ser substituído por outro), como poderá ser (e é em bastantes casos) uma hegemonia degradada, democraticamente deficitária.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Rui Ângelo (2003), “Rodapé”, em *Periférica*, nº 7, pág. 9.
- ATAM — Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (2003), “XIV Encontro Nacional de Boletins Municipais”, reportagem de Carlos Oliveira, acedida em Julho de 2003 através de [<http://www.atam.pt/encontroXIV.htm>].
- FELIZES, Joel (2000), “Três abordagens do poder local enquanto formas diferenciadas de construção das identidades - uma breve exploração”, em *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*.
- FOUCAULT, Michel (1984, e.o. 1969), *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard.
- GADAMER, Hans-Georg (1971), “Rhétorique, herméneutique et critique de l'idéologie”, in *Archives de Philosophie*, 34.
- HOWARTH, David (2000), *Discourse*, Buckingham, Open University Press.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal (1987, e.o. 1985), *Hegemonía y Estrategia Socialista — Hacia una radicalización de la democracia*, Madrid, Siglo XXI.
- LACLAU, Ernesto (1996, e.o. 1994), “Why do empty signifiers matter to politics?”, in E. Laclau, *Emancipation(s)*, Londres, Verso, pp. 36-46.
- MILLS, Sara (1997), *Discourse*, Londres, Routledge.

PINTO, F. Cabral (1992), *Leituras de Habermas — Modernidade e emancipação*, Coimbra, Fora do Texto.

RORTY, Richard (1988, e.o. 1979), *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, Lisboa, Dom Quixote.

VALA, Jorge (1986a), “A análise de conteúdo” em A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 101-126.

VALA, Jorge (1986b), “Sobre as representações sociais - para uma epistemologia do senso comum”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 4 (pp. 5-28).

WOOD, Linda A. e KROGER, Rolf O. (2000), *Doing Discourse Analysis*, Thousand Oaks, Sage.